

Jornal do Engenheiro

Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco

ANO VI — Nº 9 — Recife, novembro de 1989

Editorial

Missão cumprida

No final deste ano estaremos concluindo nossa gestão à frente do SENGE. Nos dois primeiros anos, 1987/1988, enfrentamos graves dificuldades financeiras, consequência dos sucessivos "planos econômicos" do Governo Sarney, que congelaram anuidade, dificultaram a cobrança através da rede bancária, impediram nossa participação em eventos nacionais de interesse dos engenheiros e nos comunicásemos mais efetivamente com os associados via boletins ou jornais.

Esta situação foi ainda agravada com os pesados compromissos financeiros que tivemos que assumir face a decisões contrárias da Justiça do Trabalho sobre pendências antigas de ex-empregados do Sindicato. Este ano, com muito esforço e a compreensão dos associados, o quadro vai se revertendo e já podemos afirmar com orgulho que, ao ultrapassarmos os 1.000 (mil) descontos em folha, da contribuição social, nos colocamos na vanguarda, em todo o País, em termos do percentual de sócios que pagam mensalmente a um Sindicato de profissionais liberais. Ainda nessa gestão, associamos cerca de 500 engenheiros.

Dentro desta nova fase já podemos contabilizar a participação, em Brasília e Belo Horizonte, de discussões sobre o Salário Mínimo Profissional, e a campanha salarial dos trabalhadores nas empresas de consultoria. Efetuamos, também, a compra de uma máquina copiadora e restauramos a edição do nosso jornal que, acreditamos, passará a ter uma periodicidade maior.

Em todo este período procuramos atuar com a visão do Sindicato como instrumento de conscientização e organização dos trabalhadores, qualquer que seja a sua escolaridade. Assim, buscamos integrar os engenheiros na luta por maiores salários e melhores condições de vida e trabalho. Não é uma tarefa fácil, nem produz resultados imediatos. Mas, acreditamos que o engenheiro só terá força para reivindicar seus direitos quando estiver integrado com os outros trabalhadores, fazendo-se respeitar como companheiro de luta e, com o apoio da maioria, colocando suas questões prioritárias na pauta comum de reivindicações.

Isto significa dizer que não acreditamos nos movimentos artificiais, bravatas na Imprensa, ou acordo de cúpula, sem o apoio das bases para resolver questões sindicais. O equilíbrio empregado versus patrão só acontece quando existe respeito mútuo. E isto, no nosso caso, pressupõe uma categoria mobilizada, participando democraticamente do Sindicato, respaldando as decisões tomadas. É com esse entendimento que participamos das lutas na Chesf, Celpe, Compesa, Telpel, empresas de consultoria, CPRM, Metrorec, RFFSA, Governo do Estado de Pernambuco, Prefeitura do Recife, URB-Recife e outras.

A Constituição em vigor colocou várias questões para discussão em relação ao modelo sindical brasileiro. Os sindicatos, hoje, estão livres da interferência do Governo e todos podem ser sindicalizados, inclusive os funcionários públicos da administração direta. É fundamental, portanto, que aprofundamos a discussão do papel que o nosso Sindicato deve desempenhar neste quadro.

A diretoria



Piso salarial: a lei

(pág. 3)

Engenheiros defendem o caminho do voto

(pág. 4 e 5)

A questão das Estatais

(pág. 6)

Contribuição sindical • Contrato com a Fundaj (pág. 6)

Constituinte vai a Confea e Creas (pág. 7)

Horas extras e salário complessivo (pág. 7)

Prestação de contas (pág. 8)

Crise no setor elétrico (pág. 8)

Senge, a sucessão (pág. 2)

E mais:

SENGE elege nova diretoria

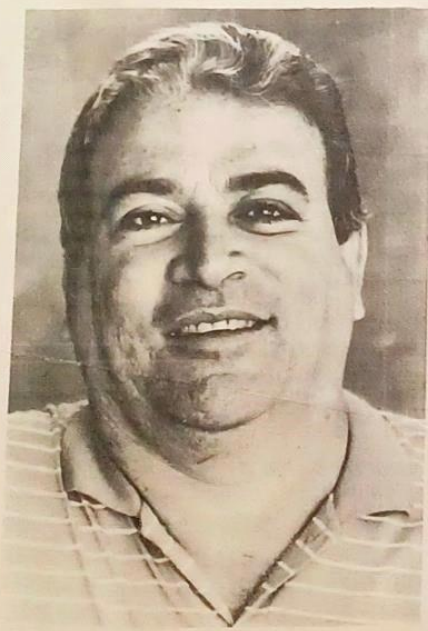
No dia 3 de outubro passado realizamos eleições para Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes na FNE do nosso Sindicato. O processo eleitoral foi aberto e democrático, com ampla divulgação aos interessados, seja através da Imprensa (Jornal do Commercio e Diário Oficial), de boletins ou de ofícios enviados ao CREA-PE, Clube de Engenharia, Associação Pernambucana de Engenheiros Eletricistas e Associação dos Agrônomos.

Apenas uma chapa se inscreveu, sendo eleita com 604 votos de um colégio eleitoral de 1.569 eleitores. O quorum mínimo exigido pelos estatutos, de 30%, foi plenamente atingido, apesar da chapa única, com 40,2% de votos válidos.

CHAPA 1	%	BRANCOS	%	NULOS	%	TOTAL	%
604 VOTOS	96	22 VOTOS	3,5	5 VOTOS	0,7	631 VOTOS	40,2

De acordo com os estatutos, o mandato da nova Diretoria será iniciado no final de Dezembro, uma vez que as eleições foram antecipadas apenas para evitar que ocorressem no mesmo período da escolha do Presidente da República.

A nova Diretoria é composta dos seguintes companheiros: Carlos Roberto Aguiar de Brito, CHESF; José Lima de Souza, TELPE; Clayton Ferraz de Paiva, CHESF; Alberto Benning Paes Barreto, THEMAG ENGENHARIA LTDA; João Francisco Silveira de Moraes, CPRM; Marco Antonio Lins dos Santos Bezerra, CELPE; Yves Lucien de Melo Verçosa, URB; Aluisio Malufe Ribeiro Jr., AGAM; Maurício Jorge Tenório Jatobá, CHESF; Reginaldo Leão Neto, CPRM; Waldênio Pereira de Oliveira, CELPE; Olegário Alexandre dos Santos, MONASA; Francisco Nicodemos Campos, COMPESA; Arnaldo Torres Santos, CHESF; Roberto Luiz de Carvalho Freire, THEMAG ENGENHARIA LTDA; Iêdo Martins Moroni da Silveira, CHESF; Flávio Márcio de Albuquerque Castelo Branco, CHESF; Edjair de Siqueira Alves, CHESF; Adelson de Souza Neves, CHESF; Manoel Xavier Cardoso, CELPE; Francisco Percival Bringel, COMPESA; Newton Pessoa Monteiro, RFFSA; José Coriolano de Souza, DER e Laercio Flávio de Meneses, CHESF.



PRESIDENTE

Carlos Roberto Aguiar de Brito, 38 anos. É engenheiro electricista, formado em 1975, pela Universidade Federal de Pernambuco. Trabalha na Chesf e tem curso de pós-graduação em Sistemas Elétricos, realizado em Itajubá, Minas Gerais, em 1977. Foi Delegado na 1ª CONCLAT, em 81, pelo Sindicato dos Urbanitários; participou do II, III, IV e V Encontro Nacional dos Sindicatos dos Engenheiros; Diretor do Clube de Engenharia, 82/83; Delegado Representante na FNE, pelo SENGE. Atualmente é tesoureiro do SENGE.

DIRETORIA EXECUTIVA

Samuel Costa Filho, presidente
Roberto Luiz de Carvalho Freire, vice-presidente
José Lima de Souza, 1º secretário
Carlos Roberto Aguiar de Brito, 1º tesoureiro
Newton Pessoa Monteiro, 2º tesoureiro
Cláudio Luiz Dubeux Neves, diretor administrativo

REPRESENTANTES JUNTO À FNE

Jurandir Pereira Liberal
Geraldo Miranda Cavalcante

Mudanças no Estatuto

Apesar de não ser a ideal, a nova Constituição Federal permitiu aos sindicatos procederem mudanças em seus estatutos tornando-os mais modernos e menos dependentes do Ministério do Trabalho.

Diante desta inovação, a diretoria do SENGE convocou uma assembléia onde foi aprovada a ideia de mudar os estatutos do nosso Sindicato, tendo sido criada uma comissão formada pelos engenheiros Samuel Costa, Carlos Aguiar e Clayton Paiva, para apresentar as possíveis mudanças. A proposta da comissão foi discutida em várias reuniões e depois enviada para outras entidades de engenharia. Em uma reunião no Sindicato, que contou com a participação de grande número de engenheiros — e inclusive diretores de outras entidades —, o novo estatuto, após sofrer acréscimos, restrições e mudanças, foi finalmente aprovado.

Algumas mudanças que merecem destaque são:

- 1 — A redefinição das atribuições dos diretores executivos, inclusive mudando o nome das diretorias, desburocratizando as suas atividades;
- 2 — Definição de tarefas dos suplentes da diretoria, que serão chamados para substituir os diretores que se afastarem, de acordo com a sua atuação no Sindicato, deixando de existir uma vinculação entre cada titular e seu suplente;
- 3 — Eliminação das comissões técnicas, reduzindo o conjunto da diretoria de 32 para 24 membros;
- 4 — Redefinição do processo eleitoral, tornando-o mais transparente e livre de casuísmos.

COMPESA e o PCS

Preocupados com a implantação do novo Plano de Cargos e Salários (PCS), diversos engenheiros da COMPESA procuraram o nosso Sindicato para atuarmos junto a diretoria daquela empresa, no sentido de serem ouvidos e poderem participar da sua elaboração. A direção do SENGE participará das reuniões que serão feitas com os engenheiros da empresa e lutará na defesa de suas reivindicações.

Servidor federal cria seu sindicato

Os trabalhadores dos órgãos federais sediados em Pernambuco organizaram e criaram, neste ano, o seu Sindicato. O engenheiro Jurandir Liberal, nosso companheiro do SENGE, teve o seu trabalho reconhecido pela categoria e assumiu a presidência para um mandato de seis meses e com a tarefa de organizar as eleições. Estas eleições foram realizadas nos dias 19 e 20 de setembro e mais uma vez Jurandir teve reconhecido seu trabalho, sendo escolhido como Presidente da Entidade para o período 89/92. O SENGE tem apoiado a luta destes companheiros que inclusive utilizam nossas dependências como sua sede provisória.

CONSELHO FISCAL

José Gualberto de Freitas Almeida
Iêdo Martins Moroni da Silveira
Manoel Machado da Cunha Cavalcante

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Romildo Porto

SINDICATO DOS ENGENHEIROS

Rua Afonso Pena, 149, Boa Vista — Fones: 231-7312 e 221-4699

Luta em defesa do piso salarial

A luta em defesa do Piso Salarial dos Engenheiros, Agrônomos e Geólogos tem sido uma das nossas prioridades nos últimos meses. Participamos de 3 reuniões na F.N.E. em Brasília para discutir e encaminhar o assunto, inclusive com a presença de advogados do escritório que nos presta serviço. As decisões tomadas na F.N.E. têm sido cumpridas fielmente neste SENGE:

— Utilizamos os meios de comunicação (Jornais, Tv, etc.) para divulgar e defender nossos pontos de vista.

— Participamos de reuniões com outras entidades atingidas, como o CREA, CRMV, Sindicatos dos Arquitetos, Químicos, Médicos Veterinários, Servidores Públicos Cíveis e Federais do Estado e Associações de Geólogos e Servidores do CPRH, no sentido de articular uma ampla mobilização de todos estes profissionais. Como resultado desta reunião realizamos Assembléia conjunta no dia 1/11/89 no auditório da CELPE, onde ficou decidido o seguinte:

Nova assembléia dia 20/11/89 no mesmo local, com mobilização.

Além disso, desde julho passado enviamos o ofício cuja íntegra divulgamos abaixo, para que nenhum dirigente das 90 empresas e órgãos públicos envolvidos diga que não conhece o texto da Lei 4.950-A.

Prezado Senhor,

Em 1966, através da Lei 4.950-A, de 22 de abril, os Engenheiros, Arquitetos, Agrônomos, Químicos e Veterinários obtiveram um amparo legal que impedia que os seus salários caíssem abaixo de um patamar mínimo. Este patamar mínimo é de 06 (seis) vezes o salário mínimo para a jornada de trabalho de 06 (seis) horas, devendo, as horas que excederem esta jornada, serem remuneradas como extras, com o adicional mínimo de 50% (cinquenta por cento).

Em 1987, o decreto-lei 2351, de 07 de agosto, criou o Piso Nacional do Salário e o Salário Mínimo de Referência, extinguindo o então existente Salário Mínimo e fazendo expressa referência aos salários mínimos profissionais, relacionando-os ao Salário Mínimo de Referência. Teoricamente, este decreto-lei permitiria desvincular a economia da menor remuneração estipulada para os assalariados, facilitando sua recuperação. Além desta recuperação não ter acontecido, o que se viu foi o achatamento violento do salário dos Engenheiros, que em maio deste ano já acumulavam uma perda real de cerca de 50%.

No dia 03 de julho deste ano, a Lei 7.789, no Art. 5º, extinguiu o Salário Mínimo de Referência e o Piso Nacional de Salários, no mesmo tempo em que, no Art. 3º, vedou a VINCULAÇÃO do Salário Mínimo para qualquer fim.

Uma vez que a Lei 4.950-A, citada no início deste ofício, não foi revogada, continuando portanto a existir um patamar mínimo para o salário dos Engenheiros, e procurando responder os questionamentos da categoria em todo Brasil, estivemos reunidos recentemente em Brasília com dirigentes sindicais e assessorias jurídicas da Federação Nacional e de diversos Sindicatos de

engenheiros do País. Transcrevemos abaixo o documento resultante desta reunião, para o qual solicitamos a atuação de V. Sa.:

“As assessorias jurídicas da FNE e dos Sindicatos presentes ao Encontro realizado em Brasília, em 15.07.89, em face do disposto na Lei 7.789 de 03 de julho de 1989, esclarecem que o salário-mínimo profissional do engenheiro continua sendo o estabelecido na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966, de 06 (seis) vezes o salário mínimo para a jornada de trabalho de 6 (seis) horas.

A Lei 4.950-A, ao tomar como referência o salário-mínimo legal para a fixação do mínimo profissional do engenheiro, não se atrita com o inciso IV, do artº 7º, da Constituição vigente, nem com o artº 3º, da Lei 7.789/89, que proíbem vinculação ao salário-mínimo para qualquer fim.

Isto porque deve ser feita a distinção entre “vinculação” e “referência”. Um contrato que fixe a própria remuneração em um número determinado de salários-mínimos estará vinculado e poderá ser tido como inconstitucional ou ilegal porque importará em majoração automática toda vez que houver variação do salário-mínimo.

A Lei 4.950-A, entretanto, não fixa o próprio salário do engenheiro vinculando-o ao salário-mínimo, mas um patamar mínimo a ser observado, que tem como referência o salário-mínimo, e nisto não há qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Veja-se que o mesmo Congresso Nacional, na Lei 7.789, de 03 de julho de 1989, no artº 5º, extinguiu o salário-mínimo de referência e o piso nacional de salários. Em ato contínuo, editou a Lei 7.788, da mesma data, que, nos artigos 2º e 3º, toma como referência o salário-mínimo para adoção de fórmula de reajustamento salarial.

Portanto, o mesmo Congresso Nacio-



nal que foi constituinte, soube fazer a distinção entre “vinculação” e “referência”, sendo a primeira proibida e a última não.

Assim não há dúvida de que a Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966, encontra-se em plena vigência, sendo, o salário-mínimo do engenheiro de NCz\$ 720,00 (setecentos e vinte cruzados novos) para o mês de junho, e NCz\$ 898,00 (oitocentos e noventa e oito cruzados novos e oitenta centavos) para o mês de julho, em jornada de trabalho igual a de 06 (seis) horas diárias, devendo, as horas excedentes desta jornada, ser pagas como extraordinárias, com o adicional mínimo de 50% (cinquenta por cento)”.

Adotando este entendimento para o pagamento dos Engenheiros desta Empresa, V.Sa. estará contribuindo para uma relação de trabalho mais justa e motivadora, evitando uma hierarquia salarial que pena-

liza duramente aqueles que, pelo seu conhecimento específico, estão aptos para desempenhar as tarefas com maior grau de complexidade. O que estamos reivindicando, baseadas na lei, não são altos salários e sim um piso salarial que dê as mínimas condições de dignidade para o exercício da profissão de Engenheiro.

Estamos convictos daquilo que defendemos e certos de que este será o entendimento da Justiça do Trabalho, entretanto esperamos que o bom senso prevaleça e que as razões deste ofício sejam acatadas, tornando desnecessárias ações posteriores.

Atenciosamente,

Samuel Costa Filho
— Presidente —

BRIZOLA

Iédo Morani

A opção de voto em LEONEL BRIZOLA, para a Presidência da República, representa o aval do eleitor a um governo de dimensão política e administrativa de contornos bastante nitidos que irá, sem sombra de dúvidas, realizar as verdadeiras reformas de há muito tempo reclamadas pela população, sendo vejamos alguns tópicos importantes:

- **DÍVIDA EXTERNA** — realização de auditoria, examinando tudo o que recebemos, para onde vai e para onde foi, separar o capital dos juros, parcelando o principal da dívida em 50 anos. Não serão aceitas taxas de juros móveis.
- **EDUCAÇÃO** — assistência à criança, desde o ventre da mãe; criação de Centros Comunitários para assistir crianças de zero a seis anos; integração das crianças após os seis anos nos CIEPES. Reformulação total do ensino superior, de forma a integrá-lo às reais necessidades da sociedade.
- **POLÍTICA AGRÁRIA/HABITAÇÃO** — promover mutirão, envolvendo o poder público e a iniciativa privada, de forma a se chegar até o Século 21, com 25 milhões de novas propriedades na capital e no interior.
- **BANCO DO BRASIL** — torná-lo independente e centro do sistema financeiro nacional, acabando com a especulação financeira e canalizando recursos para a produção.
- **CAPITAL ESTRANGEIRO** — estimulá-lo, desde que venha para ficar, a exemplo do capital imigrante.
- **AMAZÔNIA** — defendê-la da exploração econômica e predatória. Preservar os recursos naturais não renováveis, proibindo sua exportação por um período de 100 anos.
- **EMPRESA NACIONAL** — fortalecer, democratizar e incentivar.
- **EMPRESA ESTATAL/SERVIÇO PÚBLICO** — fortalecê-los como veículos do desenvolvimento econômico-social, remotivando os seus empregados e fazendo com que as estatais assegurem ao país total independência tecnológica e política nas atividades estratégicas.

Por estas razões e por muito mais é que a alternativa de voto mais consciente deve ser dirigida a LEONEL BRIZOLA, que também é o único candidato que faz claramente opção ideológica pelo socialismo democrático, como a forma de governo capaz de harmonizar racionalmente a livre iniciativa e a força do trabalho.

Iédo Morani é engenheiro da Chesf e militante do PDT



O PT vai à luta

Fernando Ferro

Os resultados eleitorais de 88, onde o PT obteve algumas expressivas e históricas vitórias, revelou um claro sentimento popular de superar a transição tutelada da "Nova República", abrindo horizontes para crescimento das posturas de esquerda e progressistas no Brasil.

Neste ano de 89, com a eleição presidencial apresenta-se uma histórica oportunidade de iniciar a reversão de séculos de tutela das elites sobre a imensa maioria do povo brasileiro, derrotando o ciclo militarista iniciado em 64 e que tutela o falido e desacreditado Governo Sarney, obra e graça do conchavo das elites levado a cabo pelo PMDB/PFL e com o apoio de setores da esquerda reformista, até recentemente abrigados nos cargos da máquina do Estado.

A candidatura Lula pela Frente Brasil Popular, reveste-se de um significado político da maior dimensão. Em primeiro lugar, ao tratar-se da única candidatura realmente de oposição, visto não ter qualquer vínculo com a farsa da "Nova República", que combateu desde a sua implantação, quando negou e denunciou o Colégio Eleitoral. Além do constante enfrentamento que deu às medidas de arrocho salarial, efetivadas pelos sucessivos planos patrocinados pelos tecnocratas da falida "Nova República", bem como pelas posições decisivas na vitória de teses progressistas na Cons-

tituinte. Esta postura foi reconhecida pelo povo brasileiro que efetivamente vem elegendo o PT como um dos principais partidos de sua preferência.

Em segundo lugar, a candidatura Lula nega a prática e postura personalistas, ao se apresentar como expressão de uma Frente que tem um projeto político estratégico contido no PAG (Plano de Ação de Governo) que é efetivamente o único programa de governo que apresenta propostas de combate à crise econômica e social do País, como a dívida externa, reforma agrária, democratização do Estado e da sociedade, a questão ambiental e os direitos dos trabalhadores, entre outras propostas.

Em terceiro lugar, a candidatura Lula coloca-se como rompimento da tradição elitista da política do País, com um operário concorrendo com reais chances de vitória. É a vitória da trajetória da mais autêntica liderança política deste País, marcada pela coerência, sinceridade, integridade moral e combatividade na defesa dos interesses mais caros e históricos da classe trabalhadora.

Fernando Ferro é engenheiro e presidente do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores (PT), em Pernambuco.

Tripé Essencial para a Democracia

Regina Márcia Gaudêncio

As eleições presidenciais de 15/11/89 representam o marco final de um longo e penoso processo de transição política. A eleição além deste significado histórico se constitui num dos elementos fundamentais da democracia representativa, de outra parte, é um fator estruturante de instituições onde se pode destacar as agremiações partidárias. Pode-se dizer que eleições, representação e partidos políticos formam um tripé essencial para o regime democrático.

Faço essas considerações iniciais exatamente para registrar como encaro a importância dos partidos para solidificação do quadro institucional. Paradoxalmente no Brasil o quadro partidário é estruturalmente frágil e os sucessivos acidentes de percursos não permitiram que o mesmo se tornasse consistente, tanto assim que o sistema pluripartidário brasileiro é frequentemente golpeado por interesses ocasionais e por uma constante migração. Desta forma servem muito mais de siglas de aluguel do que como mecanismos de participação política. O grande paradoxo reside no fato de que as eleições presidenciais que em princípio servem como argamassa para os partidos, no caso

brasileiro vem servindo como um elemento devastador do que ainda resta do quadro partidário.

Os partidos constituídos, ou que pelo menos deveriam ser constituídos do somatório de lideranças, idéias (programa) e estrutura, estão dilacerados especialmente aqueles partidos que foram gestores da conturbada transição democrática (PFL e PMDB). Nota-se dentro do processo, que a falta de um compromisso estável com a instituição induz a decisões oportunistas de quadros, desnaturando a lealdade partidária e confundindo o eleitor. O espetáculo é tão deprimente que às vezes é dado imaginar que maior do que os partidos é a bússola do poder ocasional segundo apontam os institutos de pesquisa de opinião pública.

Esta sintética avaliação crítica me leva a conclusão de que não se pode cogitar de um regime democrático sem que existam partidos políticos sólidos. Por consequência cabe ressaltar que o PFL tem um candidato escolhido por um processo fixado pelos estatutos, as prévias, e que a despeito de sua reconhecida fragilidade eleitoral ou divergências que se possam ter é o candidato do partido, e como tal deve ser encarado por aqueles que militam na agremiação.

Regina Márcia Gaudêncio é engenheira da URB e coordenadora do Projeto Recife.

escolhidos b
única credenc
general, no re
e só abrindo
civil, Tan
mesmo igual
processo b
volta às
novembro
processo
secreto, o pr

candidatos
partidos e
uma eleição
turnos.
brasileiros p
programa
cand
conscien
merecer
grande respo
candidato ele
o respaldo
de

Para a
nossa
publicando
diversos
forma de ar
programas d
Aqueles pres
não estiver
porque não re

Por que votar em Mário Covas?

Embora de criação recente no Brasil, o PSDB ocupa uma posição de destaque dentre os partidos políticos, pois tem um programa fundamentado nas ideias básicas da mais vitoriosa experiência política do pós-guerra, que é a social-democracia.

A social-democracia é um regime que busca superar as injustiças do capitalismo sem incorrer em alguns aspectos discutíveis do socialismo, como a ineficiência crescente nas empresas e na administração pública.

Sem querer minimizar a importância dos demais partidos progressistas, creio que está no PSDB o conjunto de propostas mais adequadas para que possamos enfrentar e vencer as crises que vive a sociedade brasileira:

— a crise social, alimentada pela insatisfação crescente do povo diante do escândalo da desigualdade;

— a crise do sistema político, resultado do ainda não amadurecimento da democracia em nossa sociedade;

— a crise do crescimento da economia, que tem origem na perda da capacidade de poupança do setor público e na suspensão das fontes externas de financiamento;

— a crise da modernização, caracterizada pelo distanciamento tecnológico do Brasil com relação aos países desenvolvidos.

O primeiro objetivo do PSDB é a efetiva realização da democracia como único regime que garante a dignidade da pessoa humana.

Neste sentido o PSDB defenderá a adoção do parlamentarismo e proporá ao Congresso Nacional a antecipação para 1990, do plebiscito que definirá a sua implantação no Brasil.

Enquanto o presidencialismo tende a ser o regime de poder unipessoal e das decisões a portas fechadas, num convite permanente ao fisiologismo político, o parlamentarismo faz com que as grandes questões sejam discutidas e definidas pelos representantes do povo. Ainda mais, o parlamentarismo atua no sentido da estabilidade do sistema político, uma vez que as mudanças de primeiros ministros, e não as de presidentes, são os resultados das crises vividas pelo sistema.

Outro grande objetivo do PSDB é a reforma do Estado, que tem por finalidade um aumento na eficiência das ações do governo.

Nesse sentido a gestão da área estatal da economia precisa ser realmente pública, isto é, aberta ao controle da sociedade. As empresas que devam permanecer estatais deverão obedecer a padrões rigorosos de eficiência, livres do empreguismo e do desperdício, e submetidas ao interesse público.

Ao invés de defender uma política ampla de privatização de estatais, o PSDB defende a desprivatização do estado, isto é, o término do período em que o estado tem servido fundamentalmente aos interesses de grandes setores privados.

Outros objetivos fundamentais fazem parte do programa do PSDB, como a de colocar a justiça social como meta do desenvolvimento, execução de uma reforma agrária que subordine a terra à sua função social, reforma do sistema financeiro que o coloque a serviço do desenvolvimento global da economia, a preservação dos recursos naturais, uma presença ativa no cenário internacional, além do enfrentamento dos problemas da dívida externa e da inflação.

Apesar de importantes todos os objetivos e raciocínios políticos acima expostos, a sua viabilização depende da existência de homens com capacidade para realizá-los.

Infelizmente muitos políticos ainda não perceberam, ou mesmo não tiveram a capacidade de perceber, que o povo está ansioso por alguém que lhe fale a verdade, por alguém que seja capaz de ir ao encontro da sua aspiração.

Para mim, Mário Covas é um homem profundamente sério, inteiramente comprometido com as coisas que diz e defende. E, o que é mais importante, dotado de um profundo senso de respeito ao ser humano.

Fundamentalmente pelos motivos acima é que votarei em Mário Covas, para Presidente do Brasil, nas eleições deste ano, e conclamo todos os engenheiros de Pernambuco interessados nas mudanças a fazer o mesmo em 15 de novembro e 17 de dezembro.

O Programa do Partidão

Cláudio Pinto

Estamos vivendo um momento privilegiado para discutir e aprofundar o entendimento e as soluções para os problemas nacionais. Neste contexto, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) sente-se na obrigação de apresentar sua proposta rica em sua experiência de 67 anos de lutas populares.

A proposta do PCB é um programa de governo que tem por objetivo consolidar a posição social e a dignidade de todos aqueles que contribuem com sua força de trabalho para construir a riqueza do Brasil. O propósito maior do programa de governo é reverter a atual situação da população, acabando com a miséria absoluta em cinco anos, tornando o trabalhador da condição de marginalidade, transformando a classe trabalhadora em classe nacional.

Para isto destacam-se como pontos importantes do programa de governo do PCB:

1) **Combater a inflação.** Através do crescimento econômico, direcionando os investimentos para aumentar a capacidade de produção, gerando novos empregos e garantindo o abastecimento.

2) **Renegociar a dívida externa.** Determinar moratória para possibilitar uma negociação política da dívida em fórum internacional (ONU) a fim de reduzir drasticamente a saída de divisas necessárias ao financiamento de nosso crescimento econômico.

3) **Reorganizar as finanças públicas.** Revisar os incentivos fiscais e subsídios, além de reformular a política fiscal, dando ênfase aos impostos diretos, combater a sonegação e implantar uma austeridade dos gastos.

4) **Reformular a estrutura agrária.** A terra e as indústrias devem ter uma função social e um compromisso básico com a geração de emprego e renda. Deve-se estimular o desenvolvimento das empresas rurais viáveis e combater o latifúndio improdutivo.

5) **Educação.** A educação deve ter um compromisso fundamental com a conscientização, com a plenitude da cidadania e a consolidação de nossa cultura. É meta de honra que até o fim do mandato presidencial tenhamos acabado com o analfabetismo.

6) **Serviço Público.** A dignidade do servidor deve ser resgatada e a sociedade deve conquistar mecanismos de controle da função pública.

Estes são apenas alguns tópicos do programa do PCB. Programa que visa um estado democrático, a serviço da sociedade, um estado capaz de fazer valer a lei em benefício da maioria, respeitando os direitos da minoria. Este programa coerente e a competência pessoal de Roberto Freire têm feito com que ele seja reconhecido como o melhor candidato dentre aqueles que disputam a Presidência da República.

Cláudio Pinto é engenheiro da Chesf, membro do Partido Comunista Brasileiro e ex-presidente da Ceipe.

odos às Urnas

pois de 25 anos de... da República... onde a... era a patente de... regime da ditadura —... exceção para um... credo Neves, assim... mente dentro de um... único — o brasileiro... urnas, no dia 15 de... para escolher pelo... democrático do voto... próximo presidente da... República.

na vitrine política, há... de quase todos os... coligações para... ue se dará em dois... É importante que os... e avaliem os... nas de governo dos... dados para escolher... mente aquele que... o seu voto. É uma... sabilidade porque o... to irá governar com... o do voto popular e... verá ser respeitado.

porir o debate junto à... a categoria estamos... aqui as opiniões de... as engenheiros, em... gos, defendendo os... os seus candidatos.

denciáveis que aqui... em representados é... cebemos em tempo... os artigos dos seus... correligionários.

PMDB e os Partidos no Brasil

Ned Cavalcanti Lima

Falar de partidos políticos no Brasil é um exercício de divagação. Na realidade eles inexistem no que diz respeito ao seu verdadeiro papel na sociedade. Os partidos deveriam ser agremiações políticas com programa e ação programática coerentes, sob cuja organização se reuniriam os cidadãos com o objetivo de influenciar nos destinos da Nação.

Dentro do processo democrático essa influência ocorreria através do voto que, além de guardar coerência com o ideário do partido, independência de contrapartida direta, de caráter pessoal. A ação política, então, giraria em torno do programa do partido, em questões de ordem estrutural e, em termos conjunturais, de acordo com a interpretação e análise dos fatos e do momento. As lideranças incorporariam o discurso do partido, se apresentando em consonância com os prin-

cípios de seu ideário e garantindo a uniformidade de sua ação. No Brasil, no entanto, a prática partidária depende de cada militante e, sendo assim, do seu projeto político pessoal e/ou seu psiquismo. O interesse, a nível de cada um, se sobrepõe ao interesse do partido que, deveria corresponder a um projeto de Nação.

O PMDB não foge à regra. Mas, cumprida a transição democrática, após promulgada a Constituição, deveria ter definido sua posição, resgatando a fidelidade a seu programa e corrigindo a inchação de seus quadros. Sua parceria com o governo da Nova República transformou-se em cumplicidade com os descaminhos a que foi conduzida a Nação. Enquanto suas lideranças se preocupavam com discussões acadêmicas ou com reserva de domínios políticos, o governo impunha uma linha de ações que tendia à inviabilização

da vida para a classe média e os trabalhadores, afastando-os do grande partido que, durante a ditadura funcionou como trincheira de resistência democrática.

Enquanto prevalecer a liderança sobre o partido e seu programa, a fragmentação das forças partidárias tenderá a transformar os partidos brasileiros em sacos de gatos. Por outro lado, os políticos com suas concessões na luta por espaço comprometem a credibilidade da categoria e dos partidos a quem deveriam servir. Ainda é tempo de correr para não perder o bonde da história. E de história o PMDB entende. Quem teve a coragem de lutar contra a tortura e o assassinato de patriotas nas masmorras da ditadura reúne a inteligência necessária para dar ao povo a resposta que ele espera e clama.

Ned Cavalcanti Lima é engenheiro e diretor-presidente do DER.

Contribuição Social

Um dos problemas mais sérios das entidades que congregam os profissionais liberais é a arrecadação da contribuição social, devido à pulverização daqueles profissionais em centenas de empresas. No nosso sindicato, esse problema também se acentuou, no ano passado, pela desorganização de uma instituição bancária, com a qual tínhamos um convênio. Apesar de o banco recolher o dinheiro da contribuição social à conta do SENGE-PE, não encaminhava, todavia, à nossa tesouraria os carnês quitados, impossibilitando-nos de saber quem havia pago. A situação se agravou a tal ponto que, na assembléia de aprovação de contas e previsão orçamentária, propomos pela primeira vez uma anistia, até dezembro de 1988, proposta que após ter sido amplamente discutida foi aprovada.

Buscando uma solução para o problema, fizemos um novo convênio, desta feita com o Bandepe, que assumiu o compromisso — e que vem cumprindo-o — de nos enviar mensalmente a relação com os nomes dos engenheiros que pagaram as suas obrigações sociais. Nas empresas que empregam um grande número de engenheiros, implantamos o desconto em folha, que oferece ao nosso sindicato a segurança de organizar mensalmente a arrecadação da contribuição social, e ao associado a comodidade de evitar o deslocamento ao banco. O desconto em folha já foi implantado na URB, Compesa, Telpel, Chesf e Celpe. Aos colegas dessas empresas que ainda não descontam sua contribuição em folha — como também àqueles que trabalham em outras empresas onde possamos implantar o desconto em folha —, solicitamos que procurem o nosso sindicato.



Contrato com a Fundaj

Um contrato de prestação de serviço foi firmado pela diretoria do SENGE-PE com a Fundação Joaquim Nabuco, através do qual a Fundaj assumiu a responsabilidade de efetuar o cadastro dos sócios do sindicato. Assim, dentro de pouco tempo, passaremos a ter os endereços atualizados dos nossos associados.

A Fundaj também irá nos fornecer, em qualquer tempo, os seguintes serviços: elaboração dos carnês de pagamento das contribuições sociais, lista de sócios em dia, listas de sócios por empresas e atas para votação entre outros. Com estes novos serviços o sindicato moderniza sua administração e espera dentro de pouco tempo reativar os contatos com todos os associados sendo, para isso, imprescindível a edição periódica do nosso jornal.

Em defesa das Estatais

Virou moda acusar-se as empresas estatais pela situação econômica do País. Fala-se do déficit das estatais e da concorrência desleal do Estado para com as empresas privadas. Na verdade, há muito o que corrigir na atuação enquanto gestor de empresas, mas daí a crucificar as estatais é cair no velho jogo daqueles que têm usufruído as baixas tarifas das empresas para depois acusá-las de deficitárias.

Todos conhecem como as empresas estatais têm sido usadas como instrumento de política econômica, seja mantendo baixas as tarifas para garantir a não elevação dos preços, seja utilizando a potencialidade destas para obter-se financiamentos, a qualquer preço, para fechar a balança de pagamentos.

Os mesmos setores empresariais que hoje criticam a ação das estatais na economia têm se beneficiado dos investimentos feitos, seja com a venda de serviços e equipamentos, seja com uma tarifa irreal que tem transferido nos últimos anos vultosas quantias do setor estatal, ou seja, do povo, para os proprietários dos grandes grupos econômicos que têm se beneficiado destas tarifas reduzidas.

Um pequeno exemplo é a transferência de receitas feita pela Petrobrás, para as empresas distribuidoras, graças à diferença de datas de entrega e pagamento do combustível vendido, em 1988 esta transferência foi de cerca de US\$ 800 milhões de dólares.

É necessário que tenhamos o espírito crítico para analisar cuidadosamente as acusações feitas contra um patrimônio do povo brasileiro que são suas empresas estatais.

Constituinte vai ao Confea e Creas

Afonso Vitório

O processo constituinte desflagrado pelas entidades nacionais ligadas ao Confea e aos Creas, representa um passo importante no sentido de promover as mudanças necessárias ao nosso sistema de organização profissional, culminando com a reformulação da lei nº 5194/66 que regulamenta a profissão do engenheiro, do arquiteto e do agrônomo.

Parece-me claro que o chamado sistema Confea/Creas, carece de mudanças urgentes, o que pode ser facilmente constatado pelo grau de insatisfação dos diversos segmentos que o compõe. Portanto, este será um momento bastante oportuno para que se discuta de forma ampla todos os conflitos e inquietações resultantes

destes seus 56 anos de existência. Essa discussão será rica e fértil na medida que as entidades de classe se mobilizem e procurem aprofundar as questões mais importantes e polêmicas que deverão nortear os mecanismos de mudanças. Certamente, não será uma tarefa fácil, considerando a complexidade e o caráter corporativo do sistema. Mas, alguns princípios já estão sendo discutidos a nível das entidades nacionais, como por exemplo: quais os seus objetivos, considerando que o sistema poderá ser acionado pela sociedade civil para opinar sobre temas relevantes de caráter técnico; poderá ser um importante fórum de discussão das políticas tecnológicas, contribuindo com propostas e/ou críticas, como também se fazer representar formalmente em setores consultivos ou de decisões sobre políticas em áreas

específicas da comunidade tecnológica.

Ou seja: o sistema deverá estar disponível e, ao mesmo tempo, preparado para responder as demandas da sociedade.

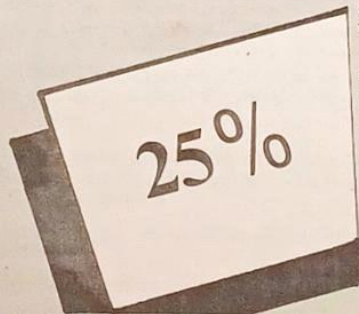
Evidentemente, ele também deverá cumprir de forma satisfatória e adequada as suas funções de regulamentação do exercício profissional das diversas categorias que o compõe, a partir de uma abrangência cujos critérios deverão ser também discutidos dentro do processo. Outros princípios também devem ser aprofundados tais como: a estrutura político-organizacional e a relação do sistema com o Estado, a sociedade, e com os cidadãos, com as entidades e com os profissionais.

Afonso Vitório é engenheiro civil e conselheiro federal do Estado de Pernambuco no Confea.

Horas Extras e Salário Complessivo

A Lei 4950-A, de 22 de abril de 1966, dispõe sobre a remuneração dos diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária. Em seu artigo 5º, a lei estabelece que para uma jornada de trabalho de seis horas, estes profissionais devem receber seus salários mínimos, e no artigo 6º manda pagar as horas extras acrescidas de 25%. Porém, com a nova Constituição o valor das horas extras passou a ser de 50%.

Apesar da existência da lei, a maioria dos engenheiros trabalha no mínimo oito horas diárias e não recebe as duas horas extras. Mesmo aqueles que ganham acima dos nove salários mínimos e nos seus contracheques não está discriminado o pagamento de horas extras têm também direito a reclamar, desde que a sua jornada exceda as seis horas. Este fato é baseado em posição já firmada pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho), através do Enunciado 91, que preconiza: "Nula é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentual para atender ENGLOBALDA-



MENTE vários direitos legais e contratuais do trabalhador". Ou seja: os valores pagos do salário e das horas extras deveriam vir discriminados e não em uma única rubrica como salário. Este tipo de ação juridicamente caracteriza o SALÁRIO COMPLESSIVO.

Muitos engenheiros têm ingressado na Justiça reivindicando o pagamento dessas duas horas extras. Aqui, em Pernambuco, a situação por empresas é a seguinte:

CELPE — Tem dois processos. Do primeiro constam 149 engenheiros. A empresa perdeu no TST (Brasília) contra a decisão do juiz do TRT; Logo o que será julgado é a decisão do Juiz e não o mérito. O segundo processo com 34 engenheiros, foi dado entrada recentemente e aguarda julgamento em 1ª instância, com a primeira audiência marcada para o dia 16/03/90, às 14:50h.

TELPE — Participam da ação 97 engenheiros e seis arquitetos. Perdemos na Junta, mas, no julgamento na 3ª Turma do TRT (Pernambuco) a vitória foi nossa. Atualmente, o processo tramita no TST, em Brasília.

CHESF — Também tem dois processos. O primeiro, com 271 engenheiros, será julgado pela 3ª JCI (Junta de Conciliação e Julgamento). O segundo, com 207 engenheiros, será julgado no dia 08/01/90 às 13h50 horas, na 1ª JCI.

COMPESA — Foi providenciada a entrada de um grupo com 46 engenheiros. A primeira audiência foi no dia 25/10/89 e a segunda será no dia 10/11/89, às 14:25h.

CPRM — Formamos um grupo com 34 associados, na 3ª JCI. A primeira audiência será no dia 23/03/90, às 14:55h.

Como pode ser observado, este assunto vem despertando interesse dos engenheiros em Per-



nambuco, onde 837 colegas já ingressaram na Justiça através do nosso Sindicato, cobrando seus direitos. Participe você também. Ligue para o SENGE, que nós vamos até a empresa onde você trabalha para esclarecer e organizar novos grupos.

As ações de companheiros de outros Estados estão no mesmo nível das nossas, sem que nenhum Sindicato tenha conseguido a vitória final. Apenas em Alagoas, na CEAL, e por um erro dos Advogados da Empresa, a vitória já foi obtida, com aqueles colegas em vias de receber o dinheiro.

Show Justa Causa: prestação de contas



Em junho de 1988, o nosso Sindicato coordenou a realização do Show Justa Causa, com a finalidade de arrecadar fundos que permitissem, pelo menos temporariamente, a sobrevivência digna dos sete companheiros demitidos da DATAMEC do Recife, por terem participado da luta reivindicatória dos funcionários públicos contra o corte inconstitucional das URP's de abril e maio daquele ano.

O show só foi possível graças à solidariedade e ao desprendimento dos artistas Paulinho da Viola, Paulo Diniz, Canhoto da Paraíba, Félix Porfírio, Buzu, Erasmo Vasconcelos e Marcelo, que nada cobraram pelas suas participações. Tivemos, também, os apoios de Diva, Betânia Valença, David Hulak e do Governo do Estado de Pernambuco, que cedeu gratuitamente o Teatro Guararapes e uma passagem Rio-Recife-Rio. Como este é o nosso primeiro jornal depois do evento, aproveitamos para prestar contas aos artistas, aos engenheiros e ao movimento sindical.

DESPESAS: Som, iluminação, ECAD, cartaz, folder, hotel, impressão, ingressos, lanches e bebidas no camarim, flores, jantar após o Show. Cz\$ 220.445,00

RECEITA: 1.615 ingressos vendidos Cz\$ 1.130.500,00

1ª PARCELA PAGA AOS DEMITIDOS — imediatamente após o Show. Cz\$ 130.000,00

RECEITA LÍQUIDA: depositada no Banorte/Renda Rápida — Ag. Parque Amorim. Cz\$ 780.045,00

2ª PARCELA PAGA AOS DEMITIDOS: JULHO/88..... Cz\$ 200.000,00

3ª PARCELA PAGA AOS DEMITIDOS: AGOSTO/88 (em setembro foram reintegrados) Cz\$ 220.098,00

PARCELA ÚNICA PAGA A 4 DIRIGENTES SINDICAIS DEMITIDOS EM PE, 2 METALÚRGICOS E 2 MARCE-NEIROS — AGOSTO/88. Cz\$ 150.904,83

SALDO TOTAL EXISTENTE, doado ao Sindicato dos Urbanitários de Santa Catarina, juntando-se a outras doações feitas pelo movimento sindical brasileiro aos companheiros da Eletrosul, após 37 dias de greve — DEZEMBRO/88. Cz\$ 1.270.896,43

Crise no setor elétrico

Preocupados com a situação em que se encontra o setor elétrico, vítima da irresponsabilidade com que o Governo Federal trata as estatais, publicamos a seguinte nota no Diário de Pernambuco do dia 20/10/89.

A sociedade brasileira vive momentos de intensa perplexidade com as sucessivas crises econômico-financeiras, sem que diretrizes e soluções confiáveis sejam dadas a conhecer pelas autoridades responsáveis. Nesse contexto, insere-se o setor elétrico, vítima da inconsistência da política econômica, cuja estratégia pré-concebida visa desestabilizar o setor estatal em benefício de grupos privilegiados da iniciativa privada.

Assim, a perplexidade que sentimos com a paralisação das obras da usina de Xingó, empreendimento fundamental para o desenvolvimento do Nordeste, tão-somente confirmam nossas preocupações quanto ao destino do setor elétrico, haja vista que qualquer postergação da data de entrada desta usina, hoje prevista para julho/94, eleva o risco de déficit do sistema energético para valores acima de 15%, que caso concretizado implica em racionamento de energia em níveis superiores àqueles ocorridos nos anos de 1987/1988. Em consequência, a Região estará condenada à estagnação do seu desenvolvimento econômico, causando problemas sociais dos mais graves, ressaltando-se o desemprego.

Nesse contexto, a paralisação de obras de Xingó é no mínimo uma irresponsabilidade que deve ser cobrada pelos nordestinos com a máxima veemência, agora em que os culpados estão flagrantemente à vista.

Por seu turno, as contradições da política econômica brasileira agrava a situação das empresas de energia elétrica, onde a inadimplência intra-setorial é perpetuada, seja pela política tarifária empregada, seja pela decisão de alguns Estados em não honrar seus compromissos com o setor, num total desrespeito à legislação vigente, ou ainda pela má gestão das empresas, enquanto ao consumidor final é exigido o pagamento dos seus compromissos em dia, sob pena de corte do fornecimento.

No que diz respeito à CHESF, a dívida das Concessionárias Estaduais atinge o montante de NCz\$ 700 milhões, fazendo com que a sua receita praticamente se restrinja àquela advinda dos consumidores industriais em 230 kV, impedindo que a Empresa cumpra seus compromissos financeiros, inclusive aqueles junto à ELETRONORTE e PETROBRAS.

Ao nos posicionarmos em defesa das estatais, enfatizamos que seu fortalecimento está também associado ao tratamento digno e justo dos seus empregados. Nesta hora em que a nível nacional nos mobilizamos em campanha salarial unificada dos eletricitários para a recomposição do poder aquisitivo, já sucessivamente deteriorado em um processo orquestrado de esfacelamento das estatais, não aceitamos ser responsabilizados e/ou penalizados pelos desmandos do Governo Federal, consumados pela omissão ou conivência dos dirigentes do setor.

Reconhecendo assim a gravidade da situação, conclamamos a sociedade nordestina à união no sentido e exigir dos poderes constituídos ações imediatas no que diz respeito a:

- destinação de recursos para continuidade da obra de Xingó;
- destinação de recursos para continuidade dos projetos de irrigação do reassentamento de Itaparica;
- restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Setor.

APEE— Associação Profissional dos Engenheiros Eletricistas de Pernambuco

SENGE/PE— Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Pernambuco